



Resumo

COMUNICAÇÃO PAINEL DESCENTRALIZAÇÃO E POLÍTICAS CULTURAIS

Miguel Honrado – director artístico do Teatro Viriato

Agradeço à organização dos Encontros AlCultur a oportunidade de contribuir com a minha participação para estas jornadas. Queria começar, portanto, manifestando o meu maior apreço pela sua realização numa conjuntura cultural em que reputo da maior pertinência que exista uma reflexão, o mais profunda quanto possível, em torno de questões tão actuais como as que concernem os modos de difusão e recepção da produção cultural. Regozijo-me obviamente pela sua realização ter lugar em Portalegre, por um lado fora dos grandes centros de Lisboa e Porto, por outro deslocando o foco de atenção para o interior do país esse “interland” ainda tão desconhecido dos centros de decisão urbanos e litorais.

É pois aproveitando o mote desta descentralização de dupla amplitude que gostaria de iniciar a minha comunicação de forma simples e nada original proferindo uma afirmação que actualmente se tornou banal, a de que “A descentralização não é mais que afirmação e o desenvolvimento de novos centros”.

Creio que esta asserção é de interpretação pacífica para todos aqueles lidam quotidianamente com as questões da descentralização cultural. Já não se trata actualmente portanto, de criar impulsões do centro ou centros em direcção à periferia, mas sim dotar o território de infra-estruturas materiais, formativas e mentais que permitam a eclosão de novos centros, dotados de energia e iniciativa próprias que permitam uma afirmação identitária dentro do território, projectando-os tanto a nível nacional como internacional.

Consensualmente aceite no Portugal de hoje tal principio está longe ainda da sua aplicação e da sua consubstanciação em termos práticos. Muitas e diversas razões se podiam evocar para tal facto deste o relacionamento específico que os centros de decisão, e nomeadamente Lisboa, estabeleceram ao longo dos séculos, com o território nacional metropolitano, passando pela política de transporte assim designada por António Sérgio, até à percentagem consagrada no OE à Cultura que insiste em não lograr atingir a fasquia do 1 %.

Todo este feixe de atávicas causas conflui necessariamente para uma constatação que se centrará na dificuldade em desenvolver uma política cultural num país fortemente centralizado cuja capital, só há apenas três décadas, começou a encarar o desenvolvimento do seu território europeu de uma forma planificada e sistemática.

Por consequência foi igualmente há três décadas que o Estado integrou na sua política cultural as primeiras referências a descentralização. Podemos afirmar portanto que esta foi regularmente mencionada como uma dos objectivos prioritários a prosseguir dentro das suas preocupações de desenvolvimento cultural. Como sabemos no entanto, para realização destas intenções muito há ainda a percorrer em termos do efectivo das populações aos bens culturais em Portugal.

Devemos claramente evocar para este atraso razões como o modelo de desenvolvimento cedo adoptado apostado em solucionar prioritariamente outras profundas carências de cariz sócio-económico que atormentavam as populações. Dessa aposta resultou obviamente e sobretudo em termos materiais a emergência um país radicalmente diferente do que existia no início dos anos 90. Para tal processo de desenvolvimento contribuiu como é sabido o poder autárquico, e é nele que reside igualmente, a meu ver, o processo de desenvolvimento cultural que deverá ter lugar em Portugal nos próximos anos. É nesse poder autárquico que deverão confluir e cruzar-se de forma



cada vez mais eficaz, os dois conceitos que são objecto do presente painel: descentralização e políticas culturais.

É minha convicção que, actualmente em Portugal, está chegando progressivamente ao poder autárquico uma nova geração de dirigentes apostada no desenvolvimento cultural, e sobretudo na implementação de políticas culturais locais. São indicadores visíveis deste fenómeno o investimento progressivo na construção ou reabilitação de espaços culturais e o real interesse demonstrado pela formação de forma a dotar os poderes autárquicos de quadros com formação específica na área. Estes dois aspectos são inéditos e recentes, basta recuarmos ao início dos anos 90 para verificarmos a veracidade desta afirmação.

Contudo as políticas culturais locais deverão partir em minha opinião de dois princípios fundamentais: por um lado um conhecimento cada vez mais profundo das forças culturais a nível local e regional, por outro, uma necessária visão e planificação a médio e longo prazo que se consiga projectar-se além dos altamente condicionantes ciclos eleitorais.

Quanto ao primeiro aspecto refiro apenas que é no conhecimento das já mencionadas forças culturais actuaes a nível local e regional, na adopção de critérios de intervenção municipal que permitam o desenvolvimento e a consolidação dos seus projectos, que reside um dos sedimentos da política cultural local. Assinale-se que tal intervenção deverá residir numa avaliação efectiva e pugnar pelo primado de critérios de qualidade em detrimento de situações instaladas e cristalizadas que, muitas vezes, acabam por ser sustentadas, seja em termos materiais e/ou financeiros, por razões que nada têm a ver com o valor do seu contributo efectivo para o desenvolvimento cultural. Relativamente ao segundo aspecto, direi sucintamente que o tempo do desenvolvimento cultural quer falemos de difusão, captação ou formação de públicos é um tempo lento que necessita por parte dos poderes autárquicos de uma abordagem que terá menos a ver com o princípio da "visibilidade política" do que com uma visão prospectiva de largo espectro e longo alcance, numa perspectiva mais geracional do que imediata. Portanto os agentes culturais necessitam de tempo e o produto do seu esforço só poderá muitas vezes ser avaliado ao fim de vários anos, sobretudo quando falamos dos primeiros anos da sua intervenção. A este ponto junta-se um outro de importância crucial que é o da confiança que deverá reger as relações entre os agentes culturais locais e os poderes autárquicos, devendo estes últimos, definidas as linhas de intervenção de política cultural a nível local/regional, reconhecer a devida autonomia à sua intervenção.

Aos dois anteriores aspectos está claramente associada uma aposta na formação aprofundada dos agentes culturais. É necessário abandonarmos de uma vez por todas a ideia de que o trabalho na área cultural, não necessita de uma intervenção estribada em princípios comumente aceites para outras áreas de actividade, como a especialização e a reciclagem por exemplo. Passa igualmente pelo reconhecimento desta especificidade o facto de tal actividade não ser encarada como supletiva, contrariando, deste modo, um princípio de menoridade que muitas vezes surge associado ao domínio cultural e portanto reside no investimento declarado numa profissionalização reconhecida e consolidada.

Tentando ilustrar as considerações genéricas que acabo de proferir gostaria agora de vos falar um pouco do projecto do Teatro Viriato/Centro Regional das Artes do Espectáculo das Beiras, ao qual me orgulho de estar ligado neste momento, e cujo exemplo espelha de forma bastante concludente alguns dos princípios que acabo de introduzir:

O projecto do Teatro Viriato / Centro Regional das Artes do Espectáculo das Beiras foi lançado em 1997 no âmbito da política cultural desenvolvida pelo XIII governo Constitucional, sendo Ministro da Cultura Manuel Maria Carrilho. Resultou de uma conjuntura específica onde confluíram e se articularam as seguintes estratégias:



- Por parte do Ministério da Cultura o desenvolvimento no interior do país de um pólo descentralizador no âmbito na oferta cultural pluridisciplinar (teatro, música e dança) designadamente no domínio das Artes do Espectáculo, garantindo desta forma a existência de um calendário regular de actividades culturais com expressão local, regional e nacional. Esta estratégia enquadrava-se num quadro regulamentador mais vasto, de substancial melhoramento das incipientes condições de acesso e fruição das populações aos bens culturais dentro do território nacional, através da criação de pólos de descentralização, do qual faziam igualmente parte outros projectos de desenvolvimento como a rede de cine-teatros e a rede de espaços culturais municipais.
- Por parte da Câmara Municipal de Viseu interessada na reabilitação de um dos símbolos do seu património histórico e cultural – O Teatro Viriato – inaugurado a 13 de Junho de 1883 e na sua consequente dinamização como pólo de oferta cultural e divulgação artística na cidade e na região, após 38 anos de inactividade quebrados apenas por momentos excepcionais como o da apresentação em Setembro de 1985 do espectáculo de Ricardo Pais Teatro de Enormidades Apenas Críveis à Luz Eléctrica.
- E finalmente por parte do coreógrafo Paulo Ribeiro e da sua companhia interessados num espaço de residência que logo se lhes revelou detentor de outras valências que lhe permitiriam para além de albergar as actividades e criações da companhia, a apresentação de uma programação regular de espectáculos.

Caracterizada deste modo a conjuntura de lançamento do projecto, devemos no entanto assinalar que o verdadeiro motor do seu desenvolvimento foi de facto Paulo Ribeiro cuja vontade logrou o estabelecimento dos consensos necessários entre as outras duas entidades, formalizados através de um Protocolo trienal entre o Ministério da Cultura a Câmara Municipal de Viseu e o Centro de Artes do Espectáculo de Viseu, Associação Cultural e Pedagógica, lido e assinado em cerimónia pública realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal de Viseu no dia 8 de Maio de 1998.

Este documento visava regulamentar os direitos e deveres de cada uma das partes no âmbito do lançamento e desenvolvimento do projecto. Constituía formalmente como seus co-financiadores o Ministério da Cultura à altura de 60% do orçamento global (funcionamento + programação) e a Câmara Municipal de Viseu à altura de 40%. A reabertura ao público aconteceu no dia 29 de Janeiro de 1999. A partir desta data o teatro tem apresentado um calendário regular de actividades.

A despeito dos grandes momentos de incerteza e instabilidade da política cultural dos últimos 5 anos, cuja face mais visível foi a prorrogação sucessiva, a partir de 2001, do protocolo original, através de adendas com vigência anual, o TV/CRAE alcançou rapidamente um lugar ímpar e pioneiro no âmbito da descentralização das Artes do Espectáculo em Portugal. A razão principal está, no modelo de gestão do projecto adoptado que consagra como seu responsável o Centro de Artes do Espectáculo de Viseu (CAEV), organismo privado independente (Associação sem fins lucrativos). Tal facto permitiu a planificação/implementação/consolidação dos seguintes factores, em nosso entender, fundamentais para o subsequente sucesso do projecto:

- Autonomia artística – o projecto consagra na sua orgânica interna a função de Direcção Artística / Programação que detém plena jurisdição e critério sobre as actividades a programar. A sua escolha/selecção/implementação de actividades está ao abrigo de qualquer imposição ou condicionante externa que não sejam as inerentes ao próprio meio artístico-profissional e ao seu funcionamento.
- Autonomia financeira – o funcionamento do projecto assenta num orçamento anual global de cerca 750.000 em que o peso de apoios mecenáticos representa cerca de 6% a 7%. Tal orçamento é gerido de forma independente pela equipa de direcção contratada pelo CAEV (Director



Artístico /Director Financeiro/Director Executivo), dentro de uma filosofia de gestão que preconiza uma importante flexibilidade em termos de procedimentos administrativo-financeiros, tendo como objectivo prioritário e central a máxima optimização de recursos direccionados para a oferta de uma programação regular de qualidade, sua visibilidade, impacto e apropriação pela comunidade de públicos.

- Formação / recursos humanos – A constituição de uma equipa e a sua formação atempada e contínua é igualmente um dos princípios chave da gestão do projecto. Desde o seu lançamento que os recursos humanos têm sido seleccionados de acordo com critérios específicos que defendem a adequação de perfis à particularidade das funções a desempenhar. A formação contínua recorreu essencialmente, à integração no quadro de funções do TV/CRAE, de um painel de consultores - especialistas (programação, comunicação & marketing, serviço educativo) com responsabilidades de enquadramento e avaliação. Por outro lado, o recurso a estágios profissionalizantes ao longo de todo o projecto traduziu-se em benefícios para a própria estrutura gestora quer em termos financeiros, quer em termos da possibilidade em testar “in situ” as capacidades dos respectivos candidatos.

- Política de comunicação – A importância dada à comunicação como um dos veículos fundamentais para a visibilidade e notoriedade do projecto traduz-se logo à partida no valor percentual que lhe é reconhecido em termos do orçamento global do projecto. Assim sendo orçamento de comunicação representa anualmente cerca de 10% do financiamento público (750.000). Por outro lado o TV/CRAE preocupou-se desde sempre na fidelização dos seus públicos através da implementação de vários processos que visam a participação efectiva da Sociedade Civil no desenvolvimento e consolidação do projecto, entre os quis destacamos:

- Construção, desenvolvimento e actualização contínua de uma base de dados de públicos estruturada por áreas programáticas preferenciais (dança, teatro, música...) que neste momento conta com cerca de 5.000 contactos.

- Implementação e angariação contínua de um grupo de amigos do TV/CRAE que participam activamente no futuro do projecto mediante uma quotização anual escalonada em vários montantes financeiros correspondentes a contrapartidas específicas em função do montante financiado.

- Implementação de um sistema de acesso e fruição dos espectáculos programados designado primeira vez especialmente destinado à captação de novos públicos traduzido na existência de um preço reduzido para pessoas que assistam pela primeira vez a um espectáculo no TV e prevendo o seu reembolso caso a experiência seja considerada negativa.

- Implementação de um sistema de acesso e fruição dos espectáculos para espectadores carenciados.

- Implementação e angariação de um grupo de mecenas através da elaboração e actualização constante de um projecto mecenático que se adequa progressivamente, e tanto quanto possível, às expectativas do meio empresarial local e regional.

- Actividade Pedagógica – Tem sido preocupação constante a programação/criação/organização de oferta envolva uma participação activa do público escolar, com particular enfoque, nos ensinos pré-primário, primeiro e segundo ciclos. Tal prioridade encontra-se corporizada na existência e gestão de uma base de dados de escolas que conta actualmente com cerca de 300 entradas, e que reflecte uma relação permanente com cada uma delas. Há que destacar dentro deste domínio a importantíssima associação do projecto do TV/CRAE à estrutura artística residente Companhia Paulo Ribeiro cujo trabalho em prol da formação da comunidade de públicos no domínio das Artes do espectáculo tem sido a todos os títulos notável, traduzindo-se na organização permanente de workshops, aulas e residências (com ou sem apresentação pública) fundamentais na fidelização da



comunidade ao projecto. O lançamento de um serviço educativo do TV/CRAEB do qual falaremos mais adiante encontra neste trabalho fundamental as suas sólidas fundações.

O TV/CRAEB é actualmente uma instituição cultural com inegável prestígio no meio cultural português em geral, e no domínio das Artes do espectáculo em particular. É citado regularmente como um exemplo de sucesso no difícil panorama de descentralização cultural, nomeadamente no interior do país.

O ano de 2004, marcado pela entrada em funções de uma nova Direcção Artística/Programação, representou para o TV/CRAEB o início de uma nova fase do seu desenvolvimento como projecto cultural descentralizado. Este novo fôlego encontra-se porém, solidamente fundado nos cinco anos de desenvolvimento anteriores. Muitas das linhas orientadoras da nova programação estabeleceram pois uma importante continuidade com o trabalho desenvolvido, outras, a que poderemos chamar “novas”, deveram o seu lançamento a todo um processo de “preparação do terreno”, implementado no mesmo período. A actual Direcção Artística considera, portanto, que o desenvolvimento cultural – designadamente de projectos com as características, responsabilidade e sucesso do TV/CRAEB – não se compadece com viragens bruscas de orientação, nem assomos infundados de protagonismo. Assim sendo, é importante que as linhas programáticas por ela definidas se inscrevam numa lógica de continuidade, e sobretudo de uma visão estratégica a médio prazo que permita, a um tempo, a consolidação do projecto, e o lançamento de novos eixos que possibilitem a sua constante inovação.

Contudo tal premissa de continuidade não deverá significar porém, o exclusivo recurso a fórmulas já testadas de sucesso garantido – a aceitação do factor risco é, neste sentido, garantia de inovação e renovação. E quando abordamos este aspecto, não o fazemos necessariamente pensando apenas na apresentação de projectos cujo conteúdo possamos considerar de natureza mais experimental ou exploratória, face à sua “carga” de contemporaneidade. A programação de 2004, por exemplo insistiu na exploração de novas fórmulas de relação evento / público apostando numa amplitude de exposição e abrangência de alguma forma inéditas. Neste factor residiu principalmente o seu risco.

Numa perspectiva de continuidade com as bases já lançadas ao longo do corrente ano, o TV/CRAEB considera como prioritários, para o desenvolvimento do projecto no próximo quadriénio 2005/2008 os seguintes objectivos/finalidades:

- Dinâmica de extroversão
- Afirmação de uma programação nacional em rede
- Um novo desenvolvimento orgânico: o serviço educativo
- Redes de circulação e parceria internacionais
- Programação Regular

Com a implementação destes princípios estratégicos pretendemos atingir, a médio prazo, os seguintes resultados:

- Um enlace progressivamente mais presente, eficaz e abrangente com a Cidade, o Distrito e a Região.
- Consolidação de circuitos de circulação e difusão nacionais, através de um trabalho concertado em termos da programação entre o TV/CRAE e os seus pares tenham eles expressão local, regional ou nacional.



- Desenvolvimento e formação de públicos.
- Formação mais aprofundada dos públicos já fidelizados dentro do projecto artístico/cultural do TV/CRAE.
- Captação de novos públicos para o projecto forjando novas ofertas para novos segmentos.
- Alcance de uma maior notoriedade do projecto e sua inserção nos circuitos internacionais, designadamente através de actividades de difusão e parceria.
- Continuidade numa programação regular pluridisciplinar que seja o espaço de ressonância mais visível dos restantes resultados já mencionados.

Obrigado!

Portalegre, 4 de Novembro de 2004.